

1 **ATA 558 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUS** – Conselho Municipal de Saúde de
 2 Caraguatatuba, realizada no dia **30 de janeiro de 2019**, às 14horas, no Auditório da Saúde no 1º Andar,
 3 na Av. Maranhão nº 451, Jardim Primavera. **Conselheiros presentes:** Representantes do Poder Público:
 4 Sr. Amauri Barboza Toledo (titular), Sr. André Luís da Silva Leandro (titular), Sra. Priscila Meyer
 5 (titular) e Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora
 6 de Serviço ao SUS: Sra. Elen Rosi Martins (titular); Representantes dos Profissionais da Saúde: Sra.
 7 Maria do Amparo de M. Manoukian (titular) e Sra. Ana Aparecida Fernandes; Representante das
 8 Entidades ou Associação de Assistência à Saúde: Sr. José Aparecido dos Santos (titular) e Sra. Julia de
 9 Fátima Umbelino (suplente); Representante das Sociedades Amigos de Bairros: Sra. Cilmara de Oliveira
 10 dos Santos (titular); Representante das Entidades e Associações de Representantes de Deficiência e/ou
 11 Patologia: Sr. Mário Penteadado (titular); Representantes dos Conselhos Gestores das Unidades: Sr. Ilson
 12 Vitório de Souza (titular), Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente) e Sr. Edson Mendes do Amaral
 13 (titular); Representantes de Entidades ou Associações dos Aposentados do Município – AAPC: Sra.
 14 Nilma da Silva Spranger (titular) e Sra. Maria Aparecida Waack (suplente); Representante dos
 15 Sindicatos ou Associações Patronais do Município: Sr. Eduardo Meirelles (titular); Representante dos
 16 Clubes de Serviços e Movimentos Comunitários: Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente). **Ouvintes**
 17 **presentes:** Representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Sr. Phelyp Munuera, Sr. Fagner Cardoso
 18 Araujo e Sr. Paulo Malta de Carvalho Filho; Representantes da Casa de Saúde Stella Maris: Irmã Neusa
 19 Sudário e Sra. Tatiane Santos; **Ausências justificadas:** Representante das Sociedades Amigos de Bairros:
 20 Sra. Sônia Maria Fante, por motivo particular. A reunião extraordinária foi conduzida pela Presidente
 21 Priscila Meyer que confere a lista para a confirmação de quórum, confirmado inicia a reunião desejando a
 22 todos um bom ano, faz a leitura da pauta e na sequência registra a presença dos estagiários de engenharia
 23 e arquitetura Sr. Phelyp Munuera e Sr. Fagner Cardoso Araujo, destaca que os mesmos vêm realizando
 24 trabalhos junto à Secretaria de Obras, acompanhando os processos de construções e reformas das
 25 Unidades para melhor adequação às necessidades dos usuários, registra também a presença da Irmã Neusa
 26 da Casa de Saúde Stella Maris e a atual administradora Sra. Tatiane Santos. **Pauta única: Apresentação**
 27 **dos projetos das futuras construções das Unidades do Rio do Ouro, Gaivotas, Golfinho e da Casa de**
 28 **Saúde Stella Maris.** A Presidente passa a palavra ao Sr. Phelyp e ao Sr. Fagner que farão a apresentação
 29 dos projetos das futuras construções. O Sr. Phelyp coloca que irá suprimir a parte da missão e explica que
 30 o foco do trabalho é a ampliação das Unidades de Saúde e inicia apresentando o projeto da Unidade do
 31 Bairro Gaivotas. O Sr. Guaracy pede a palavra e questiona se a apresentação possui sumário do projeto
 32 arquitetônico que são em torno de quarenta itens, afirma que ao ver a apresentação notou que o corredor
 33 está irregular, pois deverá ter dois metros livres não podendo haver cadeiras na lateral e nos lugares, onde
 34 há funcionários deverá ter um metro e meio, deseja boa sorte e que está feliz pelo andamento dos
 35 projetos, ressalta que está “muito a desejar”, pede para registrar na ata que faltou o sumário completo do
 36 projeto arquitetônico para execução da obra e agradece. O Sr. Amauri pede a palavra e faz uma
 37 observação referente à fala do Sr. Guaracy, no plenário noventa e nove por cento dos membros e ouvintes
 38 que participam da reunião não tem conhecimento técnico apenas o Sr Guaracy e o Sr. Eduardo
 39 compreendem o assunto, então trouxemos as plantas para entender o andamento, se houver dúvidas
 40 poderá ser consultado posteriormente o processo que é extenso, compreendo que a maioria quer ver como
 41 as Unidades irão ficar e como será o fluxo de atendimento, a intenção é que a apresentação não fique
 42 cansativa. O Sr. Phelyp pergunta ao Sr. Guaracy qual Unidade e corredor. O Sr. Guaracy não soube
 43 responder e pede licença e retira-se do plenário. A Presidente pede para que se prossiga a apresentação. O
 44 Sr. Phelyp coloca que a obra da Unidade do Gaivotas esta prevista para iniciar no segundo semestre do
 45 ano de 2019, sua capacidade de atendimento será de aproximadamente de oito mil pessoas, com duas
 46 equipes do Programa de Saúde da Família, o ambiente será climatizado para melhorar qualidade no

atendimento. O Sr. Fagner informa que o local de construção da obra será na Avenida Cardeal, ao lado do CEI – Centro de Educação Infantil enfatiza que a obra será uma adequação de uma construção existente. O Sr. Edson coloca que neste bairro há sempre alagamentos e pergunta se será realizado um sistema de drenagem no local. O Sr. Eduardo esclarece que o alagamento costuma ocorrer em uma ponte que faz ligação entre os bairros Poiares, Gaivotas e Tinga, ressalta que o Gaivotas é alto em comparação ao Poiares. O Sr. André Leandro coloca que a obra iniciada na Avenida Brasília contém mais de dois quilômetros de galeria e fará escoamento e drenagem de toda a região envolvendo os bairros Poiares, Gaivotas e a área atrás do cemitério. A Presidente ressalta que esta obra da Unidade do Gaivotas irá redirecionar duas equipes da Unidade do Tinga e conseqüentemente irá suprimir parte da demanda. A Sra. Ana informa que na ultima segunda-feira deste mês tiveram quinhentos e oitenta atendimentos na Unidade do Tinga, em seguida fala sobre a importância de deixar o consultório dos médicos e dos enfermeiros mais próximo possível, considerando que a atuação dos profissionais é próxima. O Sr. André Leandro explica que pelo fato do prédio ser reformado como Unidade deve-se aproveitar aquilo que já estava construído, ou seja, a parte hidráulica e a entrada da parte elétrica, observando a planta têm dois consultórios com banheiros que são para os enfermeiros, pois são eles que realizam a coleta de papanicolau, por isso a necessidade do banheiro, enfatiza que o médico ginecologista poderá revezar o uso do consultório com o enfermeiro de acordo com a necessidade. O Sr. Amauri coloca que os consultórios estão muito próximos um do outro e não há necessidade de continuar discutindo o assunto. A Presidente esclarece que está prevista que a Unidade irá comportar duas equipes com capacidade de ampliação da terceira equipe de atendimento. O Sr. Amauri ressalta a importância da equipe de profissionais da área de saúde que contribuíram para pensar nas plantas das Unidades para que o fluxo de atendimento seja adequado, e não haverá cruzamento dentro da referida Unidade, inclusive a farmácia e a sala de coleta serão externa. A Presidente complementa a fala do Sr. Amauri quanto à recepção, a sala de coleta/inalação e farmácia é independente, aqueles que irão transitar dentro da Unidade são apenas os usuários que farão consulta médica ou de enfermagem, portanto, evitará tumulto no fluxo de atendimento. O Sr. Amauri destaca o espaço reservado para os funcionários para que não fiquem cruzando com os usuários na hora do almoço. A Presidente salienta a importância de servir bem a população, mas também temos que considerar o bem estar dos funcionários, pois são poucas as Unidades que têm copas adequadas às necessidades, não há local de descanso, ocorre ainda disputa por lugares e uso do microondas. O Sr. Edson pede a palavra e questiona quem são os responsáveis por atestar as plantas se estão adequadas conforme exigências e normas estabelecidas em leis. O Sr. Phelyp informa que as plantas são enviadas aos responsáveis técnicos e Vigilância Sanitária para a análise e aprovação. O Sr. Edson afirma que em diversas Unidades de Saúde não existe aprovação da Vigilância e depois de finalizada a obra não adianta constatar que algo não está dentro das normas ao ter que refazer gera prejuízos. A Sra. Cilmara elogia o trabalho e diz conhecer o local que será reformado e pergunta se a construção conta com hidrante e se há necessidade. O Sr. Fagner explique que segundo as normas uma edificação deve ter acima de setecentos e cinquenta metros quadrado para que seja implantado o hidrante, a Unidade possui quinhentos e oitenta e sete metros quadrado, haverá como medida de segurança extintor com sinalização nas saídas de emergência. O Sr. André Leandro coloca que tanto as Unidades que estão passando por reforma quanto às obras que estão sendo construídas passam por análise da Vigilância Sanitária, atualmente temos Unidades com menos de cinco anos de construção em que os refeitórios têm apenas dois metros e meio de comprimento e um metro e meio de largura, será feito memoriais descritivos e de atividades para obter licença da Vigilância Sanitária. O Sr. Phelyp coloca que na Unidade do Tinga algumas salas dos médicos são extremamente pequenas e não há como adequá-las. O Sr. Ison Vitório pede a palavra e destaca que o Conselho sempre se preocupou com os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e também com a dignidade do trabalhador da saúde, foram feitas diversas atas registrando problemas na Unidade do

Cilmara q.p. de

93 Jaraguazinho, a dignidade é inexistente já que o prédio se encontra ultrapassado, nós conselheiros
 94 vinculados com a Unidade sabemos da importância de fazer dimensionamento de energia elétrica para
 95 garantir a disponibilidade de serviços como computação, climatização para os funcionários e usuários. O
 96 Sr. Phelyp coloca que esses projetos contam com o sistema de climatização para melhor atendimento aos
 97 usuários e funcionários. O Sr. Ilson Vitório pergunta se está previsto fraldário nas Unidades e pede para
 98 registrar a importância e a possibilidade de viabilizar a implantação futuramente, e almeja que pela
 99 primeira vez no município de Caraguatatuba uma Unidade será contemplada. O Sr. Fagner responde que
 100 não foi previsto, mas será verificada a possibilidade de implantação. O Sr. Ilson Vitório aproveita para
 101 perguntar qual o percentual da antiga obra será reutilizada. O Sr. Phelyp responde que boa parte da
 102 construção terá que ser readequado, não tem um percentual fixo até porque pode mudar conforme a
 103 necessidade. O Sr. Ilson Vitório pergunta se a Unidade terá dois andares e se a sala de reunião será a
 104 mesma que dos Agentes. O Sr. Phelyp responde que somente a Casa de Saúde Stella Maris terá dois
 105 andares. O Sr. Amauri responde que as reuniões terão que ocorrer no momento em que os Agentes
 106 Comunitários de Saúde estiverem trabalhando na rua, não sendo possível fazer duas salas de reuniões,
 107 considerando que a obra é uma adequação. O Sr. Eduardo pede a palavra e faz uma colocação a respeito
 108 da fala do Sr. Guaracy, onde ele cita uma cartilha em que os corredores devem ter dois metros livres,
 109 observe um corredor com dois metros e trinta e cinco e outro com dois metros e cinquenta, quando ele se
 110 refere "livre" os bancos que estão na planta reduzem quarenta centímetro, quando uma pessoa esta
 111 sentada perde-se em torno de setenta, oitenta centímetros, a metragem da planta atende os requisitos, e
 112 como sugestão na hora da aprovação pode ser retirada do desenho as cadeiras e remanejá-las para outro
 113 lado, o importante é fazer observação. O Sr. Edson pede a palavra e questiona a metragem da porta de
 114 entrada dos consultórios médicos, alegando que as cadeiras de obesos não passam na maioria das
 115 Unidades, inclusive na UPA – Unidade de Pronto Atendimento e que está questão já foi discutido pelo
 116 Conselho Municipal de Saúde e pelo Conselho Gestor, pergunta em relação à Unidade Básica de Saúde o
 117 que será feito para solucionar esse problema. O Sr. Fagner responde que pensando na acessibilidade dos
 118 cadeirantes e obesos as portas dos consultórios possuem noventa centímetros quadrados. O Sr. Eduardo
 119 faz uma observação e sugere a possibilidade de adaptar o fraldário junto ao banheiro de deficientes,
 120 podendo ser elaborado uma bancada no canto esquerdo do banheiro, há um tempo ocioso de uso e por
 121 este motivo pode-se alternar, sendo necessário pesquisar se há alguma lei que regulariza o
 122 compartilhamento do local. O Sr. Ilson Vitório reitera pedido aos técnicos para garantir a lei de
 123 acessibilidade. A Sra. Cilmara pede a palavra questiona se já possui a planilha de custos da obra da
 124 Unidade de Saúde do Gaivotas. O Sr. Fagner responde que não foi gerada devido o projeto ter sido
 125 definido neste mês, assim que tivermos um aval da Vigilância Sanitária será encaminhado a Secretaria de
 126 Obras para que seja gerada a planilha. A Sra. Cilmara requer o envio das planilhas de custo de todas as
 127 obras quando finalizadas ao Conselho. O Sr. Ilson Vitório ratifica o pedido das planilhas de custos. Segue
 128 a apresentação – Projeto Santa Casa/Pronto Socorro. O Sr. Ilson Vitório coloca que se tratando de um
 129 prédio em uma área particular, embora conveniada com o SUS pergunta se houve aprovação por parte da
 130 direção da Santa Casa em relação ao projeto nos moldes que esta dentro da disponibilidade, utilidade,
 131 ocupação. O Sr. Amauri responde que a planta foi elaborada em conjunto com engenheiro do Instituto das
 132 Pequenas Missionárias, equipe da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Obras, considerando que é uma
 133 obra complexa com grande fluxo, todos os descritivos que os engenheiros e arquitetos solicitaram foram
 134 realizados e está pendente apenas do aval do Conselho do Instituto das Irmãs para prosseguimento do
 135 processo licitatório. O Sr. Ilson Vitório pergunta qual o valor do custeio da obra e de onde virá a verba. O
 136 Sr. Amauri responde que o custeio da obra vem da fonte um do município. O Sr. Ilson Vitório coloca que
 137 considerando que o prédio será construído em área particular tem-se um compromisso com o público do
 138 SUS, entretanto, qual seria a responsabilidade após o investimento nesta obra quando estiver disponível

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Cilmara, Ammauri, and Ilson Vitório.

139 para o município após esta administração e tantas outras futuras. O Sr. Amauri responde que teve uma
140 grande preocupação por parte dos dois lados, tanto de advogados do Instituto quanto por parte da
141 Secretaria e por este motivo demorou um tempo para definir um objeto contratual, investir dinheiro
142 público em uma entidade particular filantrópica não há problema algum, existe um contrato de
143 exclusividade com a Santa Casa, no contrato seria sessenta por cento da obrigação perante o SUS, consta
144 que sessenta por cento da ocupação dos leitos de um hospital filantrópico é do SUS, no nosso contrato
145 consta oitenta e cinco por cento. Pergunta quantos por cento é utilizado atualmente para a Sra. Tatiane, a
146 mesma responde que são utilizados aproximadamente noventa e dois por cento. Na sequência informa que
147 o contrato firmado prevê o uso de sessenta por cento, nos dá condição para fazer a obra dentro da
148 Instituição destinada ao município. O Sr. Ilson Vitório pergunta se o contrato é por Convênio e se é
149 apreciado pelo Conselho e se tem prazo. O Sr. Amauri confirma que é por Convênio e apreciado pelo
150 Conselho, por ser filantrópico é o único hospital do município, tudo isso já foi discutido. O Sr. Ilson
151 Vitório pede para registrar a importância de uma manifestação do poder jurídico para o Conselho, diante
152 da preocupação em estar investindo em uma obra de entidade filantrópica, pois a área em si possui
153 característica privada e considerando que existe uma possibilidade de rompimento no futuro. O Sr.
154 Amauri coloca novamente que é o único hospital e chegou ao município há mais de sessenta e cinco anos,
155 onde faz a acolhida de pessoas, não há documento jurídico que comprove, mas por contratos firmados
156 através do SUS e com o Ministério da Saúde, além do trabalho desenvolvido. O Sr. Ilson Vitório pergunta
157 se o Sr. Amauri se responsabiliza única e exclusivamente como Secretário e como pessoa física. O Sr.
158 Amauri confirma e ressalta que o assunto foi arduamente discutido. O Sr. Mário informa que a lei
159 8080/1990, 8142/1990 federal e a lei do município 1018/2003 devem oferecer cerca de cinquenta por
160 cento de serviço médico proveniente de filantropia, nada mais justo que o município destine verba para o
161 hospital. O Sr. André Leandro esclarece que o município faz Convênio com a Irmandade, é acertado os
162 serviços que serão prestados, existem normas estabelecidas e que tem determinado tempo, é um
163 instrumento específico que ocorre em todas as entidades de filantropia, o dinheiro não é investido
164 aleatoriamente, não é feito uma doação, e a própria Santa Casa tem preocupação, considerando que serão
165 feitos cinquenta e quatro leitos, um pronto socorro, aumento da cozinha, conseqüentemente será
166 necessário aumentar o quadro de funcionários, sendo necessário ter outro Convênio com a prefeitura para
167 custear esses serviços, tudo está sendo discutido e a Santa Casa esta avaliando as propostas. O Sr. Ilson
168 Vitório solicita para a Comissão a disponibilidade do Contrato de Convênio. A Sra. Cilmaria coloca que
169 houve na época uma grande campanha contra o fechamento do pronto socorro que infelizmente culminou
170 no mesmo, hoje nós não temos um pronto socorro no município, é uma situação de calamidade, pois tudo
171 depende da UPA, dentro da Santa Casa, por mais que esteja em um terreno particular é uma Instituição
172 única no município que da assistência ao SUS e que presta serviço de pronto socorro, entendo que a
173 análise jurídica deve trazer ressalvas por conta do Convênio, o período contratual terá que ser vitalício,
174 inclusive o município não tem condições de manter um hospital de porte como este mesmo em terreno
175 próprio, uma vez que tem que terceirizar, tendo respaldo jurídico não há necessidade de trazer tanto temor
176 de que um dia possa vir a fechar e pede para registrar que o Conselho deverá ter ciência que está previsto
177 um reajuste significativo daqui doze meses onde entrará outro Convênio. O Sr. André Leandro coloca que
178 como enfermeiro poder trabalhar em um prédio construído dentro das normas em uma enfermagem com
179 máximo de três leitos, banheiro privativo, parte elétrica dimensionada, posto de enfermagem bem
180 localizado, circulação bem pensada é um privilégio, destaca que o quanto antes este projeto for colocado
181 em prática será um ganho para os profissionais e muito maior aos usuários, a maioria das Unidades
182 hospitalares são precários. O Sr. Ilson Vitório pergunta se a planta da Santa Casa já esta aprovada pela
183 Vigilância Sanitária. O Sr. André Leandro responde que a Vigilância fez a avaliação e os apontamentos
184 perante a planta baixa, o que está pendente são os documentos burocráticos para que possa ser aprovado

Amara q. S.
Ilson Vitório
André Leandro
Mário
Cilmaria

185 junto à vigilância, tem um parecer do arquiteto da Vigilância apontando a questão do dimensionamento
 186 do prédio que está de acordo, portanto não significa que temos o alvará sanitário, essa análise foi
 187 necessária para agilizar o processo de licitação. Segue a apresentação – Projeto da Unidade do Golfinho.
 188 A Presidente coloca que a situação do Golfinho é a mesma que a do Gaivotas irá transferir as equipes da
 189 Unidade do Morro do Algodão para a Unidade do Golfinho, evitando assim o excesso de pacientes e que
 190 inicialmente será composta por duas equipes e com projeção para quatro equipes. Segue a apresentação –
 191 Projeto da Unidade do Rio do Ouro. O Sr. Phelyp coloca que este projeto já foi planilhado e licitado, a
 192 obra já esta em andamento e o orçamento previsto é de R\$ 2.915.682,21 (dois milhões novecentos e
 193 quinze mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos). O Sr. Ilson Vitório pergunta se o
 194 projeto foi aprovado pela Vigilância Sanitária e quantas pessoas comportam. O Sr. Fagner coloca que
 195 como já mencionado pelo Sr. Phelyp a obra já foi licitada e esta em andamento e comporta até oito mil
 196 pessoas. O Sr. Ilson Vitório pergunta ao Sr. Paulo Malta se participou efetivamente dos detalhes na
 197 questão da estrutura da obra. O Sr. Paulo Malta responde que a obra já estava definida e em andamento
 198 quando assumiu o cargo, portanto acompanhou detalhes em relação à parte do cumprimento da legislação
 199 e da assistência a saúde, a programação é atender a comunidade do Jaraguazinho e Rio do Ouro que esta
 200 com excesso de população, a ideia é aumentar para três equipes para melhorar atendimento aos usuários.
 201 O Sr. Amauri diz pensando no futuro que a população irá crescer a obra já possui estrutura para expandir,
 202 caso seja necessário o aumento de equipe. O Sr. Ilson Vitório pede para que as falas dos gestores sejam
 203 registradas em ata na íntegra. A Sra. Cilmara pergunta se o município tem uma previsão orçamentária
 204 para a compra de mobiliários e equipamentos hospitalares das Unidades. A Presidente responde que
 205 existem emendas parlamentares, convênios e irá entrar um período de abertura de pleito de novas
 206 emendas, o prefeito tem boa articulação junto aos deputados e temos recebido várias emendas, nossas
 207 Unidades receberam mobiliário novo recentemente, temos recurso destinado é um período longo até a
 208 inauguração da referida Unidade e este ano buscaremos emendas para o custeio dos mobiliários e
 209 equipamentos hospitalares, para todas as Unidades. A Sra. Cilmara pergunta que considerando as novas
 210 Unidades de Saúde a quantidade de veículos do SAMU do município é suficiente ou seria necessários
 211 aquisição de veículos para atender a demanda. O Sr. André Leandro responde que são três unidades de
 212 suporte básico e uma unidade de suporte avançado que comporta o município e o quantitativo
 213 populacional está adequada, tem um projeto que foi aprovado na CIB – Comissão Intergestores Bipartite
 214 e já está no Ministério da Saúde para aquisição de mais uma viatura, estamos com uma equipe a mais do
 215 suporte básico e ficaríamos com quatro equipes no município e atualmente tivemos renovação da frota,
 216 em fevereiro receberemos mais duas, renovamos cem por cento da frota nos últimos dois anos. A
 217 Presidente complementando a fala do Sr. André Leandro o transporte sanitário também tem emenda para
 218 aumentar e já esta em trâmite de aquisição de novos veículos. A Sra. Cilmara sugere a fiscalização rígida
 219 na execução das obras, cita o telhado de uma Unidade recém inaugurado que tem apresentado problemas.
 220 O Sr. Amauri concorda com a fala da Sra. Cilmara e coloca que um prédio público deve ser mais simples
 221 possível, visando pouca manutenção, ressalta que a obra da Unidade do Sumaré foi realizada pelo Estado
 222 e este é responsável por cinco anos, solicitamos que os telhados das novas construções tenham a caída
 223 reta, sem que escondam o mesmo para melhor escoamento da água, ressalta ainda que fossem solicitados
 224 estagiários para acompanhar o andamento das obras. A Sr. Cilmara diz estar cansada de ir à Unidade do
 225 Porto Novo que é recém reformada, por conta de reclamações, e a gestão teve que refazer a obra devido à
 226 falta de fiscalização adequada, outra preocupação é em relação ao desconto que a empresa deu para
 227 ganhar a licitação e depois pode ocorrer ajuste ou uso de materiais de baixa qualidade para “entrar no
 228 bolso” o desconto de cem mil em cima do montante é um valor alto deve-se ser fiscalizado e não aceitar
 229 que utilizem material de baixa qualidade. O Sr. Ilson Vitório pergunta se a responsabilidade técnica é
 230 pública ou privada e quem assina os projetos. A Presidente responde que a empresa que ganha é a

Ammauri

Paulo Malta

Ilson Vitório

231 responsável técnica pela obra por cinco anos. O Sr. Phelyp informa que quem faz os projetos é a
232 Secretaria de Obras e responde pelos problemas com o projeto e a empresa vencedora da licitação a JR
233 responde como executora. O Sr. Eduardo explica que quando um profissional assina uma planta contém
234 duas assinaturas, uma do autor do projeto e a outra responsável técnico pela obra, no caso da obra pública
235 o autor do projeto é o poder público, algum responsável da Secretaria de Obras ou de Urbanismo assina a
236 planta, no caso de uma empresa que vence a licitação terá que recolher uma RT – Responsabilidade
237 Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, sobre a responsabilidade técnica da obra terão
238 dois nomes distintos na planta, normalmente a planta de casas os dois nomes são os mesmos, a pessoa que
239 projeta é responsável técnico da obra, em obras públicas e maiores a responsabilidade da obra é dividida,
240 concomitantemente temos o fiscal do contrato que acompanha o andamento da obra, os representantes do
241 Conselho podem reforçar a fiscalização da execução da obra seja rígida, inclusive, está fiscalização
242 realiza a medição e liberam os pagamentos, muitas vezes os construtores de obras públicas pressionam
243 porque é o momento que vão receber, e o que acontecem eles custeiam uma etapa da obra para receber do
244 governo para assim poder ser reembolsado, na obra pública primeira se paga e depois recebe, só entra em
245 uma licitação como está quem tem condição financeira de custear as etapas, se o poder público por algum
246 motivo não pagar, a empresa abre falência, por esse motivo ocorre muitas desistências e abandonos de
247 obra de diversas empresas. O Sr. Edson destaca que é por este motivo que existe o fiscal de contrato e
248 este deve ser um agente público e que também poderá contratar terceirizados. O Sr. Eduardo questiona a
249 elaboração das plantas que carecem de projeto ecológico recomendando o reaproveitamento da água da
250 chuva contendo um captador para uso das descargas sanitárias, limpeza do chão, regagem de plantas e
251 outras, com isso teremos economia de recursos hídricos, de tratamento e distribuição, será um ganho para
252 o administrador público realizar esse projeto, pois demonstra preocupação e consciência com o meio
253 ambiente. O Sr. Ilson Vitório pergunta se energia solar também é possível. O Sr. Eduardo responde que é
254 mais fácil adaptar a captação de energia solar do que a adaptação de água de reuso em uma construção
255 finalizada. A Sra. Cilmara pergunta se o Conselho pode entrar com uma carta de recomendação para que
256 estes projetos possam ser analisados. A Presidente responde que sim e salvo engano a planta do Rio do
257 Ouro conta com este sistema de reuso. O Sr. Amauri informa que caso essa planta não esteja previsto o
258 reuso ou a captação de energia solar não pode ser feito por motivo de licitação e não pode alterar verbas.
259 O Sr. Eduardo coloca que é uma recomendação do Conselho pode servir para futuras obras públicas e
260 citando como exemplo as escolas, o novo paço municipal que será ou não construído de frente a praia. O
261 Sr. José Aparecido pergunta se a Unidade do Gaivotas foi elaborado pensando na entrada de urgência
262 para paciente com maca. O Sr. Phelyp responde é uma readequação e não tem entrada de ambulância, tem
263 rampas que facilitam o acesso. O Sr. Eduardo coloca que em caso de incêndio a Unidade conta com
264 portas de folha dupla e saídas amplas e estão próximas ao final do prédio. A Sra. Cilmara pergunta qual a
265 participação dos estagiários no projeto. A Presidente responde que no caso do Rio do Ouro o projeto já
266 estava pronto e por este motivo eles não tinham conhecimento do reuso de água, estão realizando os
267 projetos da Secretaria juntamente com os funcionários das Unidades de Saúde, os projetos prontos haverá
268 um acompanhamento e fiscalização das obras para obter um padrão útil e eficiente para a comunidade. O
269 Sr. André Leandro coloca que os estagiários Sr. Phelyp e Sr. Fagner trabalham acompanhando e
270 elaborando todos os projetos dentro daquilo que os técnicos passam como necessidade, o Sr. Fagner faz
271 toda a parte da questão de legislação, acessibilidade, RDC – Resolução da Diretoria Colegiada,
272 intercâmbio com o arquiteto da Vigilância, após a finalização dos projetos vão até a Secretária de Obras e
273 apresentam para os técnicos responsáveis que analisam as plantas e dão o aval, no caso assinatura e
274 devolvem, posteriormente faz a entrada na Vigilância, estes são supervisionados a distância pela Sra.
275 Josiane Ferreira de Souza e Sra. Kátia Regina Gomes e também tem o apoio do Sr. Alessandro que é
276 arquiteto da Vigilância Sanitária. A Sra. Cilmara agradece e coloca que referente à administração não

277 houve um que tivesse poder de realização, a demanda e reivindicação de todas as Unidades Básicas de
 278 Saúde ocorre há anos, como munícipe agradeço a gestão atual pelos projetos. O Sr. Eduardo faz uma
 279 observação referente à obra que contém seiscentos metros quadrados, afirma ser necessário deixar uma
 280 vaga para veículo a cada cinquenta metros de área construída, ou seja, teria que ter doze vagas e só tem
 281 três, o poder público é privilegiado porque elabora as leis e não as obedecem. Na Unidade do Rio do Ouro
 282 que possui capacidade máxima de oito mil pessoas, tem apenas três vagas para deficiente, quatro vagas
 283 para funcionários e três para usuários, a Unidade do Gaivotas conta com uma vaga de estacionamento
 284 para deficiente, solicita ao Secretário de Saúde para que exija das Secretarias SEPEDI, de trânsito, de
 285 urbanismo para demarcar pelo menos duas vagas para deficiente e duas para idosos em frente às Unidades
 286 de Saúde do município. A Sra. Maria Aparecida informa que na Unidade do Sumaré não tem vagas para
 287 idosos. O Sr. Eduardo relata que a elaboração de plantas de comércio é exigida vaga para deficiente,
 288 espaço para cadeira, rampas de acesso e para solucionar o problema sugere a criação de vagas nas ruas,
 289 cita como exemplo o mercado Silva Indaiá que teve a obrigatoriedade de comprar e alugar terreno para
 290 comportar vagas de estacionamento para obter alvará de funcionamento, já o mercado Litoral Norte
 291 demarcou o estacionamento na calçada. O Sr. Paulo Malta informa que a obra do Rio do Outro é a
 292 primeira a ser realizada pela administração atual, outras foram terminos, reformas e adequações, seria
 293 interessante para o Conselho deliberar que a Secretaria de trânsito demarque em todas as Unidades de
 294 Saúde duas vagas para idosos e duas para deficientes, foi feito isso no CEM – Centro de Especialidades
 295 Médicas por ser setor de reabilitação e por conta da dificuldade de acesso. O Sr. Ilson Vitorio
 296 complementa que não cabe ao Conselho estabelecer os números de vagas, mas adequar à lei de
 297 acessibilidade e atender a legislação. Encerrada a apresentação a Presidente coloca para votação o envio
 298 da solicitação a Secretária de Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão para atender a legislação quanto
 299 às vagas reservadas para idosos e deficientes. Solicitação APROVADA por unanimidade. A Presidente
 300 agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu Simone Pereira Sousa Santos, lavro a presente ata
 301 que segue para leitura e aprovação de todos.

302	Sr. Amauri Barboza Toledo (titular)	
303	Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)	AUSENTE
304	Sr. André Luís da Silva Leandro (titular)	
305	Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente)	AUSENTE
306	Sra. Priscila Meyer (titular)	
307	Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)	
308	Sra. Elen Rosi Martins (titular)	
309	Sra. Débora Santos de Brito (Suplente)	AUSENTE
310	Sr. Benedito Raphael Rodrigues Neto (suplente)	AUSENTE
311	Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular)	
312	Sra. Ceci Oliveira Penteadado (suplente)	AUSENTE
313	Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente)	AUSENTE
314	Sr. Alex Rodrigues de Oliveira (suplente)	AUSENTE
315	Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente)	
316	Sra. Leonor Diniz Santos Ferreira (suplente)	AUSENTE
317	Sr. José Aparecido dos Santos (titular)	
318	Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente)	
319	Sra. Cilmara de Oliveira dos Santos (titular)	
320	Sra. Sônia Maria Fante (suplente)	AUSENTE

guarany

Ilson Vitorio

321	Sr. Mário Penteado (titular)	<i>Mário Penteado</i>	
322	Sra. Sônia Maria Vitor (suplente)		AUSENTE
323	Sr. Ilson Vitório de Souza (titular)	Ilson Vitório de Souza	
324	Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente)	<i>Guaracy Alves de Alcântara</i>	
325	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)	Edson Mendes do Amaral	
326	Sr. Alexandre de Almeida (suplente)		AUSENTE
327	Sra. Nilma da Silva Spranger (titular)	<i>Nilma da Silva Spranger</i>	
328	Sra. Maria Aparecida Waack (suplente)	Maria Aparecida Waack	
329	Sr. Eduardo Meirelles (titular)	Eduardo Meirelles	
330	Sr. Nilton de Oliveira e Silva (suplente)		AUSENTE
331	Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente)	<i>Edna Ueda Yoshimoto</i>	
332			